

Da *psique* grega ao *Dasein*: genealogia de uma psicologia não egóica

From the Greek psyché to Dasein: genealogy of a non-egoic psychology

De la *psique* griega al *Dasein*: genealogía de una psicología no egoica

Cássio Silveira Franco

RESUMO

O objetivo deste artigo é evidenciar as ordens discursivas que possibilitaram o surgimento da Psicologia, compreendida como campo do conhecimento dividido em duas posições epistemologicamente subjacentes: a metafísica cartesiana e a fenomenologia hermenêutica. O propósito é mostrar como diferentes compreensões historicamente constituídas revelaram suas contradições e condições de possibilidade. *O percurso inicia-se pela psique grega*, concebida como exterioridade em movimento, que o cristianismo medieval transforma em interioridade dominada pelo desejo pecaminoso. Essa virada conduz à cisão cartesiana derradeira entre corpo e alma, que somente Kant pôde problematizar em termos das condições de possibilidade do conhecimento. Esse deslocamento epistêmico abre espaço para que Husserl reinscreva o ego cogitans, superando o dualismo substancialista pela epoché fenomenológica e disponha a consciência como intencionalidade. O itinerário culmina em Heidegger, que desloca o foco da consciência intencional para a existência concreta do ser-no-mundo. As contribuições contemporâneas da hermenêutica clínica daseinsanalítica, como as de Roberto Novaes de Sá, evidenciam que a psicologia pode constituir-se não apenas como ciência natural da alma substancializada, mas também como disciplina orientada pelo cuidado fenomenológico, capaz de articular a compreensão existencial, a prática clínica e a responsabilidade ética. Nesse horizonte, torna-se possível pensar uma psicologia não egóica, fundada na existência situada e relacional, em meio às tensões permanentes entre orientações metafísicas e fenomenológicas que marcam o Campo Psi.

Palavras-chave: Psicologia; Epistemologia; Ordens discursivas; Condições de possibilidades.

INTRODUÇÃO

O surgimento da psicologia não decorreu de uma evolução linear do pensamento, mas de um processo atravessado por rupturas, disputas e tensões. Sua constituição como disciplina autônoma da filosofia inscreveu-se em um campo marcado por antagonismos epistemológicos que ainda hoje reverberam na prática clínica, na pesquisa e na produção teórica. Entre essas tensões, destaca-se o embate entre duas grandes orientações: a metafísica cartesiana, que institui um dualismo radical entre sujeito e objeto, e a fenomenologia hermenêutica, que busca restituir a correlação originária entre consciência e mundo vivido.

Mais do que oposições abstratas, essas orientações carregam implicações concretas sobre o modo como se compreendem a consciência, a experiência e a existência humanas. Desde seus primórdios modernos, a psicologia se encontra no cruzamento de distintos campos do saber que disputam o direito de dizer a verdade sobre a alma humana (*psique*). Refletir sobre os fundamentos epistemológicos da psicologia, portanto, não significa apenas visitar autores clássicos, mas compreender como suas contribuições constituíram e constituem o próprio discurso psicológico.

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 12/05/2026** | **aceito: 15/05/2026** | **publicação: 18/05/2026**

É nesse horizonte que se inscreve o presente artigo. Propõe-se aqui uma análise histórico-epistemológica do surgimento da psicologia, tendo como fio condutor o modo como as relações entre diferentes compreensões historicamente constituídas revelaram suas contradições, abriram perspectivas e delineararam possibilidades.

O argumento central é que, embora a psicologia se constitua a partir da cisão metafísica operacionalizada por Descartes e radicalizada pelas ciências naturais, ela encontra em Kant e, posteriormente, em Husserl, caminhos para se pensar de modo distinto: não como ciência da alma substancializada, mas como investigação do campo fenomênico da experiência.

O percurso foi desenvolvido em quatro momentos articulados: (1) os referenciais epistemológicos que delimitam o campo de possibilidade da psicologia; (2) a concepção da *psykhé* do mundo homérico ao cristianismo medieval, marcada pela passagem da exterioridade da ação para a interioridade moral impregnada pelo desejo; (3) o sujeito moderno em Descartes e Kant, com a radicalização do dualismo e a crítica à metafísica; e (4) Husserl, Heidegger e a *Daseinsanalyse*, como horizonte de refundação fenomenológica e ontológica da psicologia.

1. REFERENCIAIS EPISTEMOLÓGICOS

Dada a complexidade e a abrangência do tema central deste artigo, faz-se necessário enunciar os sentidos (significado e direção) atribuídos a certos temas-chave deste documento, tais como epistemologia, campo psi, metafísica e fenomenologia. Sem pretender esgotar o assunto, o objetivo é contornar as delimitações de cada questão, de modo a conferir maior coerência textual e, assim, facilitar a compreensão do leitor, diante da amplitude, abrangência e complexidade que este esforço sintético exige.

Entretanto, nesta seara, é preciso ter bastante cautela, pois reduzir, conceitualmente e em poucos parágrafos, o que seja o pensamento cartesiano e a fenomenologia parece ser uma tarefa audaciosa demais, para não dizer impossível! Contudo, acredito que, para o escopo e a circunscrição deste momento, algumas considerações prévias são possíveis, ao menos em termos de delimitações gerais e de contrastes mais decisivos.

Neste sentido, iniciamos nosso percurso com a apresentação da noção de epistemologia, conforme defendida por Amarante (2011), como um conjunto de questões situadas no campo teórico-conceitual, que dizem respeito à produção de conhecimentos que fundamentam, orientam e inauguram qualquer saber/fazer. Isto significa, portanto, que toda a produção do conhecimento humano, mesmo quando não explicitada, estará constituída por um substrato filosófico-epistemológico que a define de forma irrevogável e inequívoca. Este conceito assume centralidade

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/05/2026 | aceito: 15/05/2026 | publicação: 18/05/2026

quando se pretende conhecer, de forma distintiva, as bases de um dado campo do conhecimento, em particular o campo psi.

Com isso, ainda será preciso caracterizar que o que pretendo explicitar como campo psi refere-se ao campo formado pelas interseções entre as diferentes abordagens da psicologia enquanto ciência, sem, contudo, formarem uma unidade coesa, mas sim um campo comum de onde partem diferentes linhas de dispersão.

Não irei tratar aqui das particularidades distintivas de cada abordagem, tampouco listá-las nominalmente; meu intuito é apontar para uma linha epistemológica de base que pode situar tais divergências ou dispersões a partir do que aqui passaremos a considerar como ciências de base metafísica e ciências de orientação fenomenológica.

Conforme nos esclarece Critelli (1996, p. 7.), uma das dificuldades de explicitar de forma concisa o que seja a fenomenologia reside no fato dela não ter nascido como um método (embora também o seja), ou como um conjunto de prescrições de procedimentos e instrumentais (tal como as ciências modernas a supõe), mas sim como “uma crítica à metodologia do conhecimento científico que rejeita do âmbito do real e do próprio conhecimento tudo aquilo que não possa estar subordinado à sua estrita noção de verdade, de sujeito cognoscente e de objeto cognoscível”.

A interrogação básica desta discussão é o interesse em saber e delimitar, entre outros, o melhor caminho, o ângulo mais adequado e a forma mais plausível de captar e expressar, verdadeiramente, o que são e como são as coisas. [...] A abordagem desta problemática pela fenomenologia sugere a colocação em cena, de forma ineludível, de um ponto de tensão para o discurso tradicional metafísico relativo ao conhecimento: o problema da perspectiva. Ponto de tensão, porque a questão da perspectiva no conhecimento invoca necessariamente o caráter provisório, mutável e relativo da verdade, e o eixo do pensamento metafísico pressupõe que a verdade seja uma, estável e absoluta, bem como a via de acesso a ela. [...] Não se trata, portanto, de provar o quão errada é a perspectiva metafísica, mas de demonstrar o quão única e absoluta ela não é. Trata-se de uma ruptura da retificação metafísica, de uma superação do equívoco quanto à soberania de sua perspectiva. (CRITELLI, 1996, pp. 11-12).

Neste sentido, torna-se fundamental explicitar o que a fenomenologia compreende por fenômeno. Como esclarece Zahavi (2019, p. 13), é preciso compreender o fenômeno não como mera aparência subjetiva que ocultaria uma realidade subjacente, mas como o modo de aparição do próprio objeto. O fenômeno é aquilo que se mostra por si mesmo, o que se manifesta, o que se revela. A fenomenologia pode ser concebida, portanto, como uma análise filosófica dos diversos modos de aparição e, em articulação com isso, como uma investigação reflexiva das estruturas compreensivas que permitem que os objetos se mostrem como o que são. Consequentemente, a

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 12/05/2026** | **aceito: 15/05/2026** | **publicação: 18/05/2026**

fenomenologia rejeita categoricamente aquilo que se poderia denominar doutrina dos dois mundos: a diferenciação entre o mundo tal como aparece para nós e o mundo tal como é em si.

A complexidade da fenomenologia, portanto, reside justamente na compreensão de que, além de ser uma filosofia de base crítica, é, concomitantemente, um método. Desta forma, Critelli (1996) nos ensina que uma segunda complexidade é a delimitação da fenomenologia enquanto método, pois inscreve-se fundamentalmente na discussão sobre a verdade, uma vez que, para as ciências metafísicas em geral, a verdade reside na previsão, na predição e no controle dos objetos. Neste sentido, não se preocupam com a compreensão dos fenômenos por eles mesmos em sua facticidade, mas consideram, e tão somente, as estruturas teóricas concebidas como método representacional utilizado para explicar o objeto observado. Assim, ao criar um modelo representacional universal, um objeto descrito a partir de si e independentemente de sua relação com o mundo pode adquirir características disfuncionais, patológicas e anormais para aqueles objetos que se mostrem fora dos padrões tipicamente estabelecidos.

Para as ciências de orientação metafísica, portanto, todo objeto de estudo, dentre eles a humanidade, tem uma natureza prévia, uma constituição a priori e independente de qualquer relação com o mundo. Os objetos são explicados como estruturas ou mecanismos encerrados, encapsulados em si mesmos, e podem ser compreendidos dessa forma. Qualquer alteração deste a priori é considerada um erro, um desvio padrão a ser corrigido ou descartado como inviável.

Em contrapartida a estas posições metafísicas, a fenomenologia sustenta que todo fenômeno, todo aparecer de um objeto, sempre apresenta um aparecer de algo para alguém. Como argumenta Zahavi (2019, p. 18), caso se queira compreender como objetos podem aparecer como aquilo que são, com o significado que têm, é preciso necessariamente levar em conta o sujeito para o qual eles aparecem. A fenomenologia pensa para além da dicotomia sujeito-objeto, investigando o nexos entre o mundo e a subjetividade. O mundo não é algo meramente subsistente em si; ele aparece, e a estrutura de sua aparição é condicionada pelo sujeito, que só pode ser compreendido em sua relação com o mundo. Como afirma Merleau-Ponty, o mundo é indissolúvel do sujeito, assim como o sujeito é indissolúvel do mundo (ZAHAVI, 2019, p. 21).

É neste horizonte que Heidegger propõe, em sua obra *Ser e Tempo*, uma análise existencial do ente humano como ser-aí por meio de sua ontologia fundamental. Aqui, "ser" não é um substantivo, mas um verbo. Trata-se da analítica existencial dos modos de ser do ente humano em sua relação fática com o mundo, daí a expressão ser-no-mundo. Na ontologia fundamental, o ser-aí não é um ente dotado de propriedades previamente constituídas, mas sim pura *êxtase*, uma abertura para o mundo. Fala-se aqui em uma *nadidade* ontológica originária que, justamente por não ter uma constituição prévia, é lançada em direção ao mundo e, neste mundo, passa a existir a partir de



Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 12/05/2026** | **aceito: 15/05/2026** | **publicação: 18/05/2026**

incorporações naturalizadas de preconceitos constitutivos de um dado período epocal. Assim, os modos de ser são possibilidades para o ser-aí no mundo e não determinações prévias, imutáveis e intransponíveis.

Não será possível, no escopo deste trabalho, avançar mais nos temas fundamentais desta seção. Conforme já explicitado, longe de esgotar o assunto, este introito serviu apenas como um sobrevoo inicial, com o objetivo de contornar as delimitações e distinções mais evidentes entre a fenomenologia e a metafísica cartesiana.

No entanto, na seção seguinte, ao apresentar a importância da psique para a Grécia homérica e para o cristianismo medieval, será possível avançar com um pouco mais de objetividade acerca destas correlações e distanciamentos.

2. DA PSICHE AO MUNDO GREGO AO CRISTIANISMO MEDIEVAL

Ao questionarmos a história das psicoterapias em geral, podemos perceber que suas origens comuns remontam ao mundo grego pré-romano e que, ao longo dos últimos 2.500 anos, houve uma busca incessante pela compreensão das relações entre *psique* (alma) e *soma* (corpo).

No período homérico, por exemplo, o corpo era visto como um aglomerado de membros representados pelo ritmo de seus movimentos, bem como pela força de sua musculatura, por termos distintivos como *gyion*, *melea* e *demas*. Neste período histórico, o conceito de *psique* era tido como um “suspiro” ou um sopro divino que animava o corpo inerte e, como consequência, lhe dava a vida. Em morte, todavia, esta alma abandonava o corpo mediante um último suspiro, antes de rumar ao reino de Hades, o mundo inferior dos mortos. Esta ênfase no ritmo e na dinâmica da ação dos corpos era crucial para este período da história, como veremos a seguir.

Estas definições sobre corpo/alma, no entanto, são muito superficiais e não esclarecem o suficiente sobre a importância da questão para o mundo grego em si e tampouco sobre sua relevância para a emancipação da psicologia no século XVIII ou ainda sobre as investigações que posteriormente foram levadas a cabo por Heidegger, ao tratar da *nadidade* ontológica originária e por Foucault, ao evidenciar na hermenêutica do sujeito que a noção fechada e encapsulada de natureza humana enquanto interioridade previamente constitutiva a ser investigada é uma construção histórica marcada por relações de poder.

Neste sentido, nos auxilia Vernant (2001, p. 215-218) ao afirmar que os gregos arcaicos e clássicos tinham uma experiência da alma não delimitada nem unificada, mas sim como um campo aberto de forças múltiplas, orientadas para fora e não para dentro. Prossegue dizendo que esta consciência de si se projetava e se objetivava naquilo que o grego efetivamente realizava, ou seja,

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 12/05/2026** | **aceito: 15/05/2026** | **publicação: 18/05/2026**

nas atividades ou obras que lhe permitiam sua apreensão. Desta forma, a relação do sujeito consigo mesmo se dava por meio da extroversão, não havendo questões sobre uma interioridade originária a ser primeiro investigada e depois lançada ao mundo. O que estava em jogo, portanto, era o modo como se vinculavam aos outros e ao mundo por meio de suas ações e, neste sentido, a experiência da alma que os gregos mantinham era uma espécie de superfície de contato com a exterioridade.

Neste período, a interpretação de si e a busca pela verdade não estavam necessariamente subsumidas ao entendimento dos desejos que carregavam internamente, mas sim à busca da verdade sobre si por meio da relação que mantinham com a forma pela qual estes desejos se manifestavam na ação. O que mais importava, portanto, era o que faziam, e não os seus desejos; não havia introspecção reflexiva; sua experiência era essencialmente existencial. Não havia, portanto, vida interior, apenas exterior. É nessa relação com o fora que o si mesmo, ou a alma, era interpretado. Encerra o autor, explicitando, em formulação esplêndida, o estatuto particular da pessoa antiga na Grécia, segundo o qual a consciência de si é a apreensão em si de um ele, e não ainda de um eu.

É exemplar, neste contexto, o fato de que, no período grego em questão, não havia (ou não foram encontrados) recursos narrativos de uma interioridade pessoal própria, como jornais íntimos ou diários que contassem uma intimidade particular. O que encontramos são biografias e/ou autobiografias enquanto o relato de um si que se projeta em relação aos outros a partir de sua obra, ou seja, um eu pensando em si como ele e um eu sendo visto por ele.

Ao longo da Antiguidade, observa-se uma construção gradual do que hoje compreendemos como vida interna, vida psíquica, intimidade e introspecção. Nas culturas gregas e helenísticas, a psique ainda se configurava, em grande medida e não de forma hegemônica, como instância exteriorizável: seu sentido estava nas ações, nos vínculos sociais e na projeção do sujeito sobre o mundo, mais do que em uma interioridade originária. A atenção à esfera íntima, à vida interior ou à consciência de si permanecia subordinada à ética prática e à participação no cosmos.

Com a chegada do cristianismo, e de forma mais expressiva no período medieval, essa relação entre extroversão e introspecção sofre uma transformação radical e substancial. A alma passa a ser concebida, de maneira decisiva, como *locus* da vida interior e do exame moral. É nesse contexto que se inaugura uma mudança hermenêutica profunda: a subjetividade deixa de ser medida pelas ações observáveis ou pelas relações externas, concentrando-se naquilo que se passa no âmago do indivíduo, em seus pensamentos mais íntimos, em suas indagações secretas e nas pulsões plenas de pecado, bem como nas tentações que marcam sua interioridade.

Mais uma vez, recorro a Vernant (2001) para explicitar o papel decisivo da religião cristã medieval no nascimento deste novo humano, que agora é definido e sublinhado justamente pela virtude de seus pensamentos mais íntimos, suas indagações secretas, pelas pulsões prenes de

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 12/05/2026** | **aceito: 15/05/2026** | **publicação: 18/05/2026**

pecado e por todas as formas de tentação que tomam conta de seu interior. Aqui, a alma é concebida como uma vida interna e introspectiva.

Com isso, quero ressaltar que, se na experiência da subjetividade como exterioridade grega, o que importava eram as ações, no cristianismo medieval, as ações se tornam cada vez mais irrelevantes, importando preponderantemente as orientações que o desejo passa a concernir à consecução dessas ações.

3. O SUJEITO MODERNO: DE DESCARTES A KANT

Ferreira (2004) propõe uma questão central para a análise de qualquer acontecimento histórico: seria este objeto histórico produto de sutis mutações de uma experiência arquetípica, configurando uma origem, ou resultado de múltiplas combinações casuais e inesperadas, demarcando uma irrupção?

A partir dessa reflexão foucaultiana, o historiador ou filósofo do conhecimento é chamado a reconhecer que a interpretação histórica nunca é neutra e exige escolhas metodológicas conscientes. Quando aplicada à história da psicologia — ou melhor, das "psicologias", considerando sua diversidade e dispersão epistemológica — essa reflexão torna-se ainda mais necessária.

O que, nesta perspectiva, chamo de campo psi é, na verdade, uma unidade arbitrária, constituída por um conjunto de linhas de pensamento que emergem de práticas, saberes e tradições diversas. Para compreender seu surgimento, não basta registrar suas inaugurações oficiais; é imprescindível investigar as experiências institucionais e as práticas culturais que condicionaram suas fundações. Nesse percurso, emerge a necessidade de compreender as condições históricas que permitiram que o referido campo fosse gradualmente e de forma hegemônica regulado pelo saber metafísico e disciplinado por um ideal de ciência.

É nesse contexto que o século XVII e o pensamento de René Descartes assumem um papel decisivo. Descartes, imerso na revolução científica e na consolidação da física newtoniana, buscou conferir à alma humana uma racionalidade comparável à das leis da natureza. Sua epistemologia racionalista inaugurou a ideia de um sujeito moderno, cujo conhecimento do mundo — e de si mesmo — poderia ser sistematicamente estruturado pela razão e pela dúvida metódica. A metafísica cartesiana sustentava que a *psique* humana poderia ser analisada objetivamente, subordinando a alma a um modelo causal universal e mensurável, alinhando-se, assim, à lógica e à precisão das ciências naturais emergentes. A racionalidade cartesiana, portanto, constituiu o primeiro passo para a concepção do sujeito moderno como agente autônomo, dotado de consciência reflexiva e capaz de pensar sua própria essência.

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 12/05/2026** | **aceito: 15/05/2026** | **publicação: 18/05/2026**

Apesar de ambos os autores estarem unidos pelo espírito iluminista, Descartes se inscreve no racionalismo, enquanto Kant se situa no idealismo transcendental. No entanto, a hegemonia cartesiana e newtoniana não permaneceu incontestada. No século XVIII, surge a crítica kantiana, resultado de uma crise epistemológica que abala a racionalidade europeia: a filosofia deixa de perguntar "o que é algo?" para indagar "como podemos conhecer algo adequadamente?" Kant desloca o foco do objeto em si para o modo de conhecimento, inaugurando uma reconfiguração da relação entre sujeito e objeto.

Por meio do criticismo, a razão humana é compreendida não apenas como instrumento de inferência, mas também como faculdade capaz de estabelecer as condições de possibilidade do conhecimento. A reflexão kantiana retoma o conceito grego de *arché*, interpretando-o como princípio fundador do saber, e redefine a razão como princípio estruturante que organiza a experiência, em vez de simplesmente registrar fatos objetivos.

A consequência dessa reformulação é profunda para o campo psi. Kant demonstra que a alma não pode ser tratada como um objeto natural equivalente a um átomo; ela pertence a um domínio distinto, caracterizado por fenômenos regidos por leis próprias. Assim, enquanto Descartes ainda propõe a mensuração e o controle da alma por métodos analógicos à física, Kant introduz a noção de limites epistemológicos: o acesso à interioridade subjetiva é mediado por categorias cognitivas e estruturantes, que condicionam o conhecimento sem reduzi-lo a mero objeto físico. A crítica kantiana, portanto, inaugura a possibilidade de uma psicologia enquanto disciplina autônoma, orientada pela reflexão sobre o sujeito e seus modos de conhecer, mas ainda inserida no debate entre metafísica e ciência, entre mensuração e experiência subjetiva.

A emergência do sujeito moderno, nesse cenário, não representa apenas uma mudança conceitual: trata-se de um acontecimento epocal em que a interioridade subjetiva torna-se objeto de análise, reflexão e cuidado. A historicidade hermenêutica revela que atribuir à alma humana uma substancialidade ou essência prévia implica disputar saberes e poderes que regulam o que é reconhecido como legítimo conhecimento.

É nesse campo de tensões que se formam as epistemologias do campo psi: o equilíbrio entre a alma e o corpo torna-se central, mas a dispersão dos saberes impede a consolidação de uma unidade epistemológica.

Em síntese, Descartes e Kant configuram marcos fundamentais do sujeito moderno: o primeiro ao instituir a possibilidade de uma racionalidade universal e metodicamente controlável da psique, e o segundo ao problematizar os limites desse conhecimento e ao destacar a singularidade do sujeito como condição de possibilidade do saber.

4. HUSSERL, HEIDEGGER E A DASEINSANÁLISE

O século XIX e o início do século XX testemunham a emergência de uma reflexão que busca deslocar o olhar do sujeito moderno cartesiano para uma experiência imediata da consciência, retomando e reelaborando conceitos que remontam à Grécia clássica, porém reinterpretados por uma historicidade singular: a fenomenologia.

Edmund Husserl, fundador desse movimento filosófico, inaugura uma perspectiva que entende a consciência não como um receptáculo passivo de informações, mas como um campo ativo de intencionalidade, no qual cada ato de percepção, pensamento ou emoção está direcionado a um objeto.

A gênese da fenomenologia husserliana encontra-se precisamente em sua oposição radical ao psicologismo — tendência teórica que pretendia fundamentar a lógica e a matemática em processos psicológicos empíricos. Husserl demonstra que as verdades lógicas são ideais e universais, não dependendo de processos mentais contingentes. Confundir leis lógicas com leis psicológicas é um erro categorial fundamental. A fenomenologia surge, assim, como alternativa rigorosa: em vez de reduzir estruturas ideais a fatos psicológicos, propõe-se a descrever as estruturas essenciais da consciência sem reduzi-las a processos empíricos naturalizados.

Essa orientação antipsicologista articula-se diretamente com a reformulação que Husserl opera no pensamento cartesiano, na qual retoma, de Descartes, a exigência de fundamentação radical da filosofia como ciência rigorosa e o *ego cogito* como ponto de partida apodítico¹. Contudo, critica decisivamente a "viragem fatal" pela qual Descartes transforma o ego em *substantia cogitans* — uma substância pensante separada, fundamento de inferências causais sobre a realidade externa. Segundo Husserl, Descartes "se quedou diante da maior de todas as descobertas — e a realizou mesmo, de certo modo — sem, contudo, captar o seu sentido próprio, portanto, o sentido da subjetividade transcendental" (HUSSERL, 2013, p. 62). Assim, Descartes não transpôs a porta de entrada que conduz à autêntica filosofia transcendental.

A reformulação husserliana substitui o dualismo substancialista cartesiano pela *epoché* fenomenológica — suspensão da tese natural que nos coloca diante do ego transcendental não como fragmento do mundo, mas como campo infinito de experiência pura. O título "*ego cogito*" deve ser alargado: "todo e qualquer *cogito* tem em si, enquanto visado, o seu *cogitatum*" (HUSSERL, 2013, p. 11). Toda consciência é consciência de algo — estrutura da intencionalidade. A fenomenologia

¹ Apodítico significa algo que é necessariamente verdadeiro, evidente e impossível de refutar. É um termo usado principalmente na filosofia e na lógica para designar proposições ou argumentos cuja validade é incontestável

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/05/2026 | aceito: 15/05/2026 | publicação: 18/05/2026

propõe, portanto, investigar a correlação co-originária entre atos intencionais da consciência e objetos correlatos que surgem em simultaneidade e se constituem mutuamente.

Neste contexto, Husserl não se limita a investigar conteúdos internos da alma, mas busca compreender o modo como esses conteúdos se apresentam na experiência vivida, em sua totalidade fenomenológica. Trata-se de uma epistemologia orientada pela experiência direta, na qual o sujeito é inseparável do mundo que habita. A fenomenologia husserliana constitui, assim, uma ruptura com o paradigma cartesiano-newtoniano: em vez de tratar a alma como objeto isolável e mensurável, ela se apresenta como um horizonte de sentido, cuja constituição está intimamente ligada à relação entre sujeito e mundo. Essa perspectiva inaugura a possibilidade de pensar a psicologia não apenas como ciência natural, mas também como disciplina capaz de captar o vivido, o singular e o intencional. A interioridade subjetiva, então, deixa de ser entendida como substância prévia e passa a ser concebida como um campo de relações e significações, no qual a experiência e a consciência se articulam de maneira dinâmica.

A reflexão fenomenológica de Husserl encontra um aprofundamento crucial em Martin Heidegger, seu discípulo, que desloca o foco da consciência intencional para a existência concreta do ser-no-mundo. Heidegger radicaliza o projeto fenomenológico ao demonstrar que a questão da subjetividade deve ser reformulada como a da existência. Inspirado pela hermenêutica de Wilhelm Dilthey — particularmente por sua ênfase na historicidade constitutiva da vida humana —, Heidegger desenvolve, em sua obra seminal *Ser e Tempo*, uma analítica existencial que compreende o *dasein* não como substância pensante encerrada em sua interioridade, mas como ser-no-mundo sempre já situado em um horizonte histórico.

No § 31 de *Ser e Tempo*, Heidegger articula o conceito de entender (*Verstehen*) como estrutura existencial fundamental, não no sentido de uma faculdade cognitiva, mas como modo de ser pelo qual o *Dasein* é suas possibilidades. O entender não é uma capacidade que o *ser-aí* possui, mas sim o modo como existe. No entender reside, existencialmente, em el modo de ser como poder ser. O *Dasein* não é um subsistente que, além disso, possua a capacidade de fazer algo, mas é, primariamente, ser-possível (HEIDEGGER, 2012).

Essa compreensão do *Dasein* como poder-ser articula-se por meio da estrutura do projeto (*Entwurf*). O projeto não é um plano consciente ou uma representação mental do futuro, mas a estrutura existencial pela qual o *Dasein*, ou ser-aí, já sempre se lançou em possibilidades. Como esclarece Heidegger: "O projetar nada tem a ver com um comportar-se em relação a um plano ideado (...) mas, como *Dasein*, ele sempre já se projetou e se projeta enquanto é" (HEIDEGGER, 2012, p. 413). O *ser-aí*, enquanto é, já se entendeu e continua se entendendo a partir de possibilidades historicamente situadas.

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 12/05/2026** | **aceito: 15/05/2026** | **publicação: 18/05/2026**

O fundamental aqui é a articulação entre projeto e facticidade: o Dasein nunca parte do zero, mas está sempre já lançado (*geworfen*) em um mundo histórico que delimita o horizonte de suas possibilidades. Essa condição de ser-lançado não constitui um acidente externo, mas pertence essencialmente ao seu modo-de-ser. Como observa Heidegger: "Como factual, o *dasein* já pôs, cada vez, seu poder-ser em uma das possibilidades de entender" (HEIDEGGER, 2012, p. 415). As possibilidades são, portanto, epocais — determinadas pelo horizonte histórico em que existem.

Esta ênfase na historicidade constitutiva, inspirada por Dilthey, permite a Heidegger demonstrar que a compreensão de si não pode ser modelada como auto-observação introspectiva de uma interioridade previamente constituída. Ao contrário, o "conhecer-se" é transparência existencial — abertura ao todo da estrutura ser-no-mundo. Como formula Heidegger: "O ente existente só 'se' vê na medida em que se torna cooriginariamente transparente em seu ser junto ao mundo, no ser-com com os outros, como momentos constitutivos de sua existência" (HEIDEGGER, 2012, p. 417). A compreensão de si, portanto, não é voltada para dentro, mas é hermenêutica existencial — explicitação de como já sempre nos compreendemos ao existir situadamente no mundo.

Neste sentido, a compreensão do ente humano não se dá primariamente pela introspecção ou pela análise de atos isolados da consciência, mas pelo cuidado (*Sorge*), entendido como estrutura ontológica fundamental da existência. O cuidado revela que o ser humano está sempre já envolvido em projetos, relações e contextos, sendo a existência um contínuo engajamento com o mundo e com os outros. Aqui, o conceito de cuidado não se restringe a uma dimensão afetiva ou terapêutica, mas se apresenta como condição ontológica: é na relação com o mundo, nos modos de se importar com algo ou alguém, que se constitui a própria estrutura da existência.

A fenomenologia, portanto, propõe uma ética do ser com e para o outro, na qual a compreensão da *psique* se dá na dialética entre interioridade e exterioridade, entre experiência subjetiva e mundo compartilhado. No âmbito do campo psi, essa perspectiva proporciona uma base abrangente que permite situar a relação entre corpo e mente, ação e experiência, desejo e responsabilidade, sempre em horizontes históricos específicos.

Ao situar a *psique* no contexto fenomenológico, Husserl e Heidegger retomam, de maneira sofisticada, a antiga questão grega sobre a relação entre sujeito e objeto, mas a adaptam aos problemas da modernidade e da ciência contemporânea. Diferentemente da interiorização introspectiva medieval, que concentra o foco no pecado, no desejo e na vida interna, a fenomenologia desloca o olhar para o modo como o sujeito se engaja com o mundo, reconhecendo que qualquer investigação sobre a psique humana deve considerar simultaneamente os horizontes de experiência, o corpo e os contextos sociais e históricos nos quais a existência se realiza.

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 12/05/2026** | **aceito: 15/05/2026** | **publicação: 18/05/2026**

Neste cenário, a psicologia emerge não apenas como ciência da alma ou da consciência, mas também como disciplina orientada pelo cuidado fenomenológico, capaz de articular análise reflexiva, prática clínica e compreensão ética. O cuidado, nesse sentido, torna-se um eixo estruturante que conecta teoria e prática, pensamento e ação, subjetividade e intersubjetividade. Assim, a fenomenologia do cuidado não só permite apreender o conteúdo da experiência, mas também ilumina a relação ética entre o terapeuta e o paciente, entre o pesquisador e o sujeito estudado, enfatizando a necessidade de presença, atenção e responsividade na constituição do conhecimento psicológico.

Ao integrar Husserl e Heidegger, percebe-se que o campo psi adquire uma dimensão relacional e ética que ultrapassa a disputa cartesiano-kantiana entre mensuração e introspecção. A psique não é mais concebida apenas como objeto de conhecimento ou como substância interior, mas como fenômeno situado, experienciado e vivido, sempre em correlação com o corpo, o mundo e o outro. Essa perspectiva estabelece fundamentos epistemológicos para abordagens contemporâneas, não somente da psicologia clínica e de psicoterapias afins, como também de algumas tradições psicanalíticas — como a psicanálise relacional — especialmente aquelas voltadas à relacionalidade do encontro clínico, da escuta sensível, da presença ética e da atenção às dinâmicas de cuidado entre sujeito-mundo.

Em síntese, a fenomenologia husserliana e heideggeriana inaugura uma nova orientação para o estudo da *psique*: a consciência é compreendida como intencional e correlativa, e a existência humana como sempre já engajada em cuidado e relação com o mundo, situada em horizontes históricos que delimitam epocalmente suas possibilidades. O campo psi, portanto, não se reduz a uma ciência naturalista ou metafísica, mas também se organiza como um espaço de mediação entre experiência, reflexão e ação ética. Essa orientação fenomenológica do cuidado permite articular historicidade, singularidade e ética, constituindo um fio condutor que conecta as tradições gregas, medievais e modernas do pensamento sobre a alma e o corpo e fornece subsídios teóricos para a compreensão contemporânea do sujeito psicológico enquanto ser relacional, corporal, histórico e ético.

4.1. O CUIDADO EM HEIDEGGER E A PRÁTICA CLÍNICA

A fenomenologia heideggeriana do cuidado e da afetividade, ao deslocar a compreensão do ser humano do registro metafísico da substância para o registro existencial da abertura temporal, não se limitou a uma reflexão filosófica abstrata. Suas implicações para o campo da psicologia clínica foram desenvolvidas de modo sistemático pela *daseinsanálise*, corrente clínica fundada por

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/05/2026 | aceito: 15/05/2026 | publicação: 18/05/2026

Ludwig Binswanger e Medard Boss, que busca fundamentar a prática terapêutica na analítica existencial heideggeriana.

Mais recentemente, Alice Holzhey-Kunz² — filósofa e psicoterapeuta suíça, discípula direta de Medard Boss e uma das principais representantes da segunda geração da *daseinsanálise* — tem publicado obras, ministrado seminários e participado de eventos no Brasil. Ela desenvolveu uma metodologia própria, dentro da tradição fenomenológica-existencial, inspirada em Heidegger e em Freud. Apesar de sua relevância internacional, sua contribuição ainda não é plenamente reconhecida no Brasil pela Associação Brasileira de *Daseinsanálise* (ABD), única instituição autorizada a realizar a formação de *daseinsanalistas* em nosso país.

No Brasil, destaca-se, dentre outros pesquisadores, o psicólogo Roberto Novaes de Sá. Ao analisar a relação entre afeto e cuidado na perspectiva *daseinsanalítica*, demonstra-se que a estrutura ontológica da disposição afetiva constitui o acesso privilegiado à compreensão clínica da existência. Segundo o autor, "a disposição afetiva abre o ser-aí já lançado em seu aí" (NOVAES DE SÁ, 2022, p. 18), de modo que toda experiência de sofrimento psíquico deve ser compreendida não como disfunção de um aparelho mental objetivável, mas como modo específico de encontrar-se lançado na existência.

Esta concepção representa uma ruptura radical com os pressupostos metafísicos que fundamentaram a constituição moderna da psicologia. Enquanto a tradição cartesiana compreendia o sofrimento psíquico como desordem de uma *res cogitans* substancializada, passível de objetivação e correção técnica, a perspectiva *daseinsanalítica* o reconhece como manifestação de modos existenciais de ser-no-mundo. Como esclarece Novaes de Sá (2022, p. 19), "o ser-aí não se relaciona com o mundo como um sujeito que se põe diante de um objeto, mas como quem já está sempre implicado em relações de sentido que o constituem".

A disposição afetiva não é, portanto, um estado psicológico interno que coloraria secundariamente nossa relação com o mundo, mas a própria estrutura de abertura pela qual já sempre nos encontramos situados em meio às coisas e aos outros. Novaes de Sá (2022, p. 20) ressalta que "o humor não é algo que temos, mas algo que somos", indicando que a afetividade constitui o modo fundamental pelo qual existimos. A angústia, por exemplo, não é um sintoma patológico a ser eliminado, mas uma disposição fundamental que pode revelar ao *Dasein* sua condição de ser-lançado-para-a-morte, confrontando-o com sua finitude e sua liberdade.

² Foi presidente da Sociedade para Antropologia Hermenêutica e *Daseinsanálise*, uma instituição sediada na Suíça cujo foco é o aprofundamento filosófico da *Daseinsanálise* como psicoterapia existencial, especialmente com base na hermenêutica de Heidegger e Kierkegaard, além de uma releitura crítica da *picanálise* freudiana.

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 12/05/2026** | **aceito: 15/05/2026** | **publicação: 18/05/2026**

Esta compreensão fenomenológica da afetividade implica uma transformação radical do sentido mesmo da prática clínica. Segundo Novaes de Sá (2022, p. 21), "o sofrimento psíquico não é compreendido como resultado de conflitos intrapsíquicos ou déficits cognitivos, mas como restrição das possibilidades existenciais". O que tradicionalmente se denomina "sintoma" revela-se, na perspectiva daseinsanalítica, como modo específico de habitar o mundo — modo este que pode ser mais ou menos apropriado, mais ou menos livre, mais ou menos aberto às possibilidades de ser.

A daseinsanálise propõe, assim, um deslocamento do registro da explicação causal para o da compreensão hermenêutica. Como explicita Novaes de Sá (2022, p. 22), "não se trata de buscar as causas do sofrimento em eventos passados ou em estruturas inconscientes, mas de compreender o sentido existencial dos modos de ser que se manifestam no presente". Esta orientação hermenêutica não implica o abandono do rigor, mas o reconhecimento de que o rigor apropriado à investigação da existência humana não é o da objetivação científico-natural, e sim o da explicitação fenomenológica dos sentidos que já sempre orientam nosso ser-no-mundo.

A noção heideggeriana de cuidado (*Sorge*) articula-se fundamentalmente com esta compreensão da afetividade, na qual o cuidado não é uma atitude que se tem, mas a estrutura ontológica que define o modo de ser do Dasein. Enquanto ser-no-mundo, o ser-aí já sempre cuida — de si mesmo, dos outros, das coisas. Este cuidado não é primariamente uma preocupação consciente, mas sim o modo fundamental pelo qual estamos implicados na existência. Como esclarece o autor, "cuidar é o modo pelo qual o dasein se relaciona com seu próprio ser, sempre já projetado em possibilidades e sempre já situado em uma facticidade" (NOVAES DE SÁ, 2022, p. 23).

A prática clínica daseinsanalítica orienta-se, portanto e a partir deste autor³, pelo cuidado como abertura à singularidade existencial de cada paciente ao indicar que "o terapeuta não é aquele que possui um saber técnico sobre o psiquismo humano que aplica ao caso particular, mas aquele que se dispõe a compreender o modo singular pelo qual cada existência se encontra lançada no mundo" (NOVAES DE SÁ 2022, P. 24). Esta disposição compreensiva implica uma suspensão dos pressupostos teóricos prévios que objetivariam o paciente segundo categorias diagnósticas universais, abrindo-se à manifestação fenomenal do sofrimento tal como ele se apresenta na singularidade de cada história existencial.

A hermenêutica clínica daseinsanalítica não busca, assim, descobrir significados ocultos por trás dos sintomas manifestos, mas explicitar os sentidos existenciais que sempre orientam o ser-no-

³ Na daseinsanálise ocorre um fato semelhante à dispersão do campo psi, uma vez que há igualmente posições distintas em relação ao seu saber-fazer praxiológico e clínico.

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 12/05/2026** | **aceito: 15/05/2026** | **publicação: 18/05/2026**

mundo do paciente, ainda que de modo não-tematizado. Como sintetiza Novaes de Sá (2022, p. 26), "quando nos sentimos algo que não somos capazes de explicitar o sentido ou que sequer conseguimos nomear, isso não significa que não sabemos em absoluto aquilo de que se trata. Se fosse esse o caso, sequer seríamos acometidos por esse afeto."

A interpretação na daseinsanálise tem, portanto, natureza fundamentalmente diferente da interpretação psicanalítica dita ortodoxa⁴ ou da cognitivo-comportamental. Não se trata de traduzir o discurso manifesto em uma linguagem teórica que revelaria seu "verdadeiro" sentido inconsciente ou de um pensamento disfuncional, mas de explicitar e apropriar os sentidos existenciais que sempre permeiam a experiência, embora possam permanecer encobertos ou não apropriados.

Esta perspectiva hermenêutica implica que o trabalho clínico não visa a produzir conhecimento instrumental sobre o paciente, mas a facilitar um processo de apropriação existencial. Segundo Novaes de Sá (2022, p. 27), a interpretação daseinsanalítica "tem muito mais a natureza de um 'apontar', 'mostrar' e explicitar do que de um decifrar, 'informar' e 'explicar'". O terapeuta não informa ao paciente algo que este desconheceria sobre si mesmo, mas aponta para sentidos que sempre permeiam sua experiência, facilitando sua explicitação e apropriação.

A psicologia fundamentada fenomenologicamente não busca, assim, objetivar a *psique* como entidade mensurável nem interpretar sintomas segundo modelos teóricos prévios de normalidade ou patologia, mas acompanhar atentamente os modos afetivos pelos quais a existência se abre ou se fecha ao seu próprio poder-ser.

Esta orientação fenomenológica do cuidado permite articular historicidade, singularidade e ética, constituindo um fio condutor que conecta as tradições gregas, medievais e modernas do pensamento sobre a alma, fornecendo subsídios teóricos consistentes para a compreensão contemporânea do sujeito psicológico enquanto ser relacional, corporal, afetivo e ético. A daseinsanálise, ao contextualizar as implicações clínicas da analítica existencial heideggereana, oferece à psicologia contemporânea uma alternativa rigorosa aos reducionismos metafísicos que marcaram seu surgimento moderno, sem, com isso, abandonar a pretensão de cientificidade, mas sim ressignificando-a como rigor fenomenológico-hermenêutico apropriado à compreensão da complexidade da existência humana.

⁴ Talvez seja necessário flexionar a psicanálise no plural, pois há aqui igualmente um campo de dispersão entre as diferentes psicanálises: algumas se aproximam mais do modelo intrapsíquico-metapsíquico e outras, como a psicanálise relacional, adotam uma nova metapsicologia em diálogo explícito com autores como Hans-Georg Gadamer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso histórico-epistemológico aqui traçado, tentei evidenciar que a constituição da psicologia como disciplina autônoma não resultou de um progresso linear do conhecimento, mas de um campo de tensões irreduzíveis entre orientações metafísicas e fenomenológicas.

Desde a compreensão grega da *psykhé* como exterioridade projetada nas ações, passando pela interiorização cristã e cartesiana, até a abertura fenomenológica husserliana e heideggeriana, revela-se uma dialética fundamental entre objetivação e compreensão, entre explicação causal e hermenêutica existencial. A metafísica cartesiana, ao instituir o dualismo radical entre *res cogitans* e *res extensa*, proporcionou as condições para que a psicologia emergisse como ciência positiva da consciência. No entanto, este ganho epistêmico teve como contrapartida a perda da dimensão existencial da subjetividade. A consciência, reduzida à substância pensante transparente a si mesma, tornou-se objeto de uma psicologia experimental que buscava, e continua a buscar, nas ciências naturais seu modelo de cientificidade.

O projeto de uma psicologia científica fundada nos pressupostos cartesianos encontrou, porém, limites estruturais: a impossibilidade de objetivar completamente a subjetividade sem perder o que a caracteriza como tal. Kant, ao demonstrar que a alma não poderia ser objeto de conhecimento científico nos mesmos termos que os objetos da natureza, abriu caminho para outro modo de compreensão. Sua crítica ao reducionismo metafísico preparou o terreno para que Husserl desenvolvesse a fenomenologia como ciência rigorosa dos fenômenos tal como se apresentam à consciência, sem pressuposições apriorísticas sobre sua natureza substancial.

A *epoché* fenomenológica, ao suspender a tese da atitude natural, permitiu reconduzir a investigação psicológica à correlação originária entre consciência e mundo, anterior à cisão metafísica entre interior e exterior, entre sujeito e objeto. Heidegger, por sua vez, radicalizou esta orientação fenomenológica ao demonstrar que a questão da subjetividade deve ser reformulada como a da existência. Para Heidegger, não temos uma consciência, mas somos integralmente consciência. Deste modo, o Dasein não é substância pensante encerrada em interioridade, mas ser-no-mundo, sempre situado em meio às coisas e aos outros, sempre aberto por disposições afetivas que o constituem. O cuidado (*Sorge*) revela-se como uma estrutura ontológica fundamental que articula temporalidade, facticidade e projeto, dissolvendo as dicotomias metafísicas que haviam fundamentado a psicologia moderna.

As contribuições contemporâneas da daseinsanálise, particularmente as análises de Roberto Novaes de Sá sobre a relação entre afeto e cuidado, demonstram a fecundidade desta orientação fenomenológica para a prática clínica. A compreensão do sofrimento psíquico como restrição das

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 12/05/2026** | **aceito: 15/05/2026** | **publicação: 18/05/2026**

possibilidades existenciais, e não como disfunção de um aparelho mental objetivável, permite uma prática terapêutica que respeita a singularidade de cada existência e se orienta pela apropriação hermenêutica dos sentidos que sempre já permeiam a experiência vivida. Este movimento de retorno às coisas mesmas — ao ser-no-mundo, às disposições afetivas que nos constituem, à temporalidade que nos atravessa — não representa abandono da cientificidade, mas sua ampliação.

Neste sentido, a ciência fenomenológica da existência não é menos rigorosa do que a ciência de base metafísica; é rigorosa de modo particular, apropriado à especificidade de seu objeto. Seu rigor consiste na fidelidade à manifestação fenomenal da existência, na suspensão dos pressupostos metafísicos que a encobririam, na explicitação hermenêutica dos sentidos que já sempre nos orientam. A relevância desta discussão epistemológica não é apenas teórica, mas também prática. No contexto contemporâneo, em que a psicologia se vê atravessada por demandas de eficácia técnica, quantificação de resultados e protocolização de procedimentos, revisitar suas raízes fenomenológicas permite resistir à tendência de reduzir o humano à coisa mensurável. A insistência na dimensão qualitativa, singular e histórica da existência não representa nostalgia filosófica, mas sim uma defesa ética da irreducibilidade da complexidade humana a qualquer forma de objetivação totalizante.

Por outro lado, creio que a leitura filosófica *per se*, embora fundamental, não fornece a tecitura metodológica suficiente para orientar o saber-fazer clínico. Essa lacuna alimenta minha angústia diante dos modos constitutivos do processo psicoterapêutico. Ou seja, percebo que a transposição da dimensão filosófico-epistemológica — como em Husserl e Heidegger — para o cotidiano da clínica permanece uma tarefa em aberto, que ainda exige muita maturação teórica e formulações metodológicas. E por que não dizer também: de certa protocolização procedimental?

Por fim, cabe reconhecer que a tensão entre metafísica e fenomenologia não se resolveu dialeticamente em uma síntese universal, mas persiste como um campo crítico que exige posicionamento. A psicologia contemporânea não pode evitar esta escolha epistemológica fundamental e precisa reconhecer que a compreensão do humano exige modos de investigação radicalmente diferentes daqueles encapsulamentos paradigmáticos intransponíveis — sejam eles metafísicos ou fenomenológicos.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. Reforma Psiquiátrica e Epistemologia. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 34–41, 2011.

CANDIOTTO, Cesar. FOUCAULT: UMA HISTÓRIA CRÍTICA DA VERDADE.



Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/05/2026 | aceito: 15/05/2026 | publicação: 18/05/2026

Trans/Form/Ação, São Paulo, 29(2): 65-78, 2006.

CRITELLI, Dulce Mára. Analítica do Sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. São Paulo: EDUC/Brasiliense, 1996.

DE SÁ, Roberto Novaes. A Noção Heideggeriana De Cuidado (*Sorge*) E A Clínica Psicoterápica. VERITAS, Porto Alegre - v. 45, junho de 2000, p. 259–266.

DE SÁ, Roberto Novaes. Afeto e Cuidado: uma perspectiva daseinsanalítica. 2022. **AORISTO - International Journal of Phenomenology, Hermeneutics and Metaphysics. Toledo, v. 5, n.º.2 (2022), p. 16–28.**

FERREIRA, Arthur Arruda Leal. O Múltiplo Surgimento Da Psicologia. Boletim do CDPHA número 17. Belo Horizonte, 2004.

HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Editora da Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012.

HUSSERL, Edmund. Meditações Cartesianas e Conferências de Paris. Tradução de Pedro M. S. Alves. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

MICHEL, Foucault. História da Loucura na Idade Clássica: Ed. Perspectiva, São Paulo, 1979.

MICHEL, Foucault. Resumo dos Cursos do *Collège de France* (1970-1982). Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1994.

VERNANT, Jean-Pierre. EL INDIVIDUO, LA MUERTE Y EL AMOR EN LA ANTIGUA GRECIA. Ediciones Paidós Ibérica S.A. Buenos Aires, 2001.

ZAHAVI, Dan. Fenomenología para iniciantes. Tradução de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019.